

## **ACTA N.º 12**

### **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 26 DE JUNHO DE 2008: -----**

----- No dia vinte e seis de Junho do ano dois mil e oito, no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal de Mealhada, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Senhor Carlos Alberto da Costa Cabral, Presidente da Câmara Municipal, e com as presenças da Senhora Vice-Presidente, Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e dos Senhores Vereadores, José Carlos Calhoa Morais, António Jorge Fernandes Franco, Carlos Alberto Gonçalves Marques, João Fernando Oliveira Pires e Herculano Pereira Neto. -----

Secretariou a reunião a Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, Cristina Maria Simões Olívia, coadjuvada pela Técnica Superior de 1ª Classe, Maria de Laçalete Mendes Ferreira e Godinho. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Exmo. Presidente da Câmara, pelas 14 horas e 30 minutos, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**

1) O Senhor Presidente começou por saudar o Senhor Vereador Herculano Pereira Neto, dando-lhe as boas vindas, na sua primeira reunião em substituição do Senhor Vereador Breda Marques. -----

2) O Senhor Vereador João Pires interveio para colocar as seguintes questões: --

- Quis saber para quando estava prevista a execução das obras na Rua das Padeiras, nomeadamente os passeios e condicionantes de velocidade, tendo o Senhor Presidente e Senhor Vereador António Franco informado que as obras já foram adjudicadas; -----

- Relativamente aos convites para a Feira de Emprego e Formação e para o espectáculo do Hóquei Clube da Mealhada, disse que, mais uma vez, os Vereadores do PSD foram excluídos, tendo solicitado informação sobre o assunto. Acrescentou ter tido a informação de que foram entregues convites para o Senhor Presidente e Vereação, mas os Vereadores do PSD não os receberam. -----

O Senhor Presidente esclareceu que o convite para o espectáculo do Hóquei

Clube da Mealhada foi apenas endereçado ao Presidente da Câmara, que não compareceu por estar ausente do Município, tendo delegado a representação da Câmara na Senhora Vice-Presidente. No que respeita à Feira do Emprego e Formação disse não ter recebido qualquer convite, e que nem sequer admitia ser convidado para um evento que a Câmara Municipal organizou em conjunto com a ACIM e em que a Câmara arcou com todas as despesas. -----

O Senhor Vereador João Pires voltou a intervir para questionar sobre os resultados práticos da Feira de Emprego e Formação e se concretamente existiam dados estatísticos sobre a mesma, como quantas pessoas, quantos desempregados e à procura do 1.º emprego a visitaram e quantos conseguiram emprego através dela, questionando ainda sobre o valor suportado pela Câmara Municipal de Mealhada nesta 2ª edição, tendo Senhor Presidente informado que a ACIM dispõe desses dados estatísticos que podem ser-lhe solicitados. -----

2) O Senhor Vereador João Pires voltou a intervir, referindo que os Vereadores do PSD se congratulam com a iniciativa que a Câmara Municipal levou a efeito para a divulgação das 4 Maravilhas da Mesa da Mealhada. Desde o inicio desta iniciativa que entenderam a necessidade de uma divulgação que desse a conhecer as iguarias da nossa mesa para lá das fronteiras do nosso Concelho. Perguntou quais os critérios subjacentes aos convites endereçados às pessoas que estiveram presentes na Assembleia da República. -----

O Senhor Vereador António Franco disse que foram convidados os elementos do Júri, todos os que estão ligados ao projecto, nomeadamente, produtores de vinho, pão e restauração, Vereadores da Câmara Municipal, Presidentes das Juntas de Freguesia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que se fez representar pelo 1.º Secretário da Mesa, Deputados da Assembleia da República e representantes da Comunicação Social. -----

O Senhor Vereador João Pires disse ter estranhado a ausência de representantes da ACIM, que representa um número elevado de empresas do nosso Concelho e tem sido parceira do Município numa série de iniciativas de visibilidade reconhecida, estranhando também o facto desta associação não ter

sido chamada a participar no desenvolvimento deste projecto e de nem sequer integrar o Júri. -----

O Senhor Presidente referiu que, quanto à ACIM quando foi lançado o projecto, foi entendido que sendo uma associação empresarial local não deveria fazer parte do Júri, uma vez que eventualmente se iriam candidatar associados seus.

3) O Senhor Vereador João Pires voltou a intervir, referindo que em artigo de opinião publicado na imprensa local, o Senhor Vereador Calhoa Morais lançou uma suspeição quanto á actuação dos Vereadores do PSD, dando a entender que teriam deixado documentos relativos a pessoal da Câmara Municipal, com contratos de trabalho a termo e avençados, na Câmara Municipal, na mesa de um café da Mealhada. Acrescentou achar estranho que esses documentos tivessem aparecido no estabelecimento, quando os mesmos, acompanhados de um ofício, estavam na sua posse, como o poderiam constatar. -----

O Senhor Presidente referiu que de facto foram entregues na Câmara Municipal, ao Senhor Vereador Calhoa Morais, fotocópias de documentos que tinham sido requeridos pelos Senhores Vereadores do PSD sobre a contratação de pessoal, por alegadamente terem sido esquecidos num café, tendo o Senhor Presidente acrescentado que ele próprio mandou destruir tais fotocópias. Mais disse o Senhor Presidente que não aceita que se discutam nas reuniões da Câmara artigos de opinião publicados em jornais e que no que se refere à afirmação de que foi lançada uma suspeição, deveria o Senhor Vereador meditar um pouco sobre o assunto. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques interveio para dar as boas vindas ao Senhor Vereador Herculano Neto e desejar-lhe um bom trabalho. Quanto ao artigo de opinião do Senhor Vereador Calhoa Morais, disse que nunca o Vereador Carlos Marques deixou o que quer que fosse, nomeadamente documentos respeitantes á Câmara Municipal, na mesa de um café, dizendo acreditar que, da mesma forma, nenhum dos seus companheiros teria tido tal comportamento. -----

O Senhor Vereador Herculano Neto interveio para cumprimentar os presentes e agradecer a saudação que foi feita pela sua presença, pela segunda vez, no

Executivo Municipal. Disse estar no Executivo como cidadão e não como político e querer colaborar no sentido de ajudar os cidadãos do Concelho. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais, referindo-se às intervenções dos Senhores Vereadores João Pires e Carlos Marques, disse que lhe entregaram os documentos e que a pessoa que os entregou nem sabia o que era, e nem ele próprio se deu conta da importância dos mesmos porque não sabia do que se tratava, tendo-os entregue ao Senhor Presidente da Câmara. -----

De seguida, ditou para a acta a seguinte intervenção: “ *No passado dia 19 do corrente, foi apresentado pela CTOC, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, relativo ao ano de 2006. Sendo este o quarto anuário, relativo ao estudo dos dados financeiros dos Municípios Portugueses e se no início era contestado, alvo de críticas, por parte de alguns autarcas, ano após ano, o documento tem vindo a despertar consciências, conquistando cada vez mais simpatizantes, incluindo já a própria A.N.M.P., sendo hoje um referencial de estudo, de reflexão e de conhecimento da realidade nacional. Trabalhado numa base de estudo, “ a posteriori”, em função dos dados fornecidos depois de aprovados pelas Assembleias Municipais, o documento referente ao ano de 2006, intitulado “ A Eficiência no Uso dos Recursos Públicos e a Qualidade da Decisão Municipal Portuguesa, tem o apoio de entidades independentes como sejam o Tribunal de Contas, a CTOC, o IPCA e a Universidade do Minho. No caso que mais nos interessa, o nosso município, este documento vem confirmar a realidade com que o executivo sempre pautou, quer na boa gestão dos recursos públicos, quer na fiabilidade das demonstrações financeiras apresentadas. Sendo um município de dimensão média, com 21 915 habitantes ( dados relativos ao ano de 2006; em que a classificação foi por número de habitantes - até 20.000 habitantes - pequeno; de 20.000 a 100.000 - médio e mais de 100.000 - grande), verificamos que: -----*

*- Encontramo-nos situados no grupo dos 176 municípios que não possuem nem serviços municipalizados nem empresas municipais, (130 pequenos; 44 médios e 2 grandes). -----*

*- Estamos no grupo dos municípios denominados de topo de escala, ao cumprir-mos mais de 15 parâmetros, que foram alvo de estudo. -----*

- Não somos um dos municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais), mas congratulamo-nos pelo facto de fazermos parte do ranking dos municípios que não recorreram ao crédito nos anos de 2005 e 2006. -----

- Também não somos dos municípios com maior peso de receitas provenientes de impostos, assim como não somos dos municípios com maior peso de receitas de impostos e taxas por habitante, o que vem contrariar muito do que por aí se diz e escreve. -----

- Estamos incluídos no grupo de municípios que apresentam um menor peso das despesas com o pessoal, nas despesas totais. -----

- Estamos classificados em 12º lugar na lista, de municípios com saldo global ou efectivo positivo (saldo na base de compromissos – Receitas Efectivas – Despesas Efectivas) e em 14º lugar na apreciação feita aos municípios com saldo primário positivo (saldo na base de compromissos – Receitas efectivas – despesas primárias). -----

De salientar que a conclusão do estudo, refere que “ o sector autárquico a nível nacional, realizou 2,1 milhares de milhão de Euros de despesa para além da sua capacidade financeira e relativamente às quais não possui meios de pagamento: nem disponíveis, nem créditos de curto prazo”. -----

- Estamos no 33º lugar no ranking dos municípios com maior liquidez em 2006. Infelizmente, como salienta o estudo, encontravam-se em 2006, 216 municípios com liquidez negativa, isto é os créditos sobre terceiros mais as disponibilidades são insuficientes para cobrir as dívidas a curto prazo; -----

- Estamos no grupo dos melhores municípios, com menor índice de dividas a fornecedores relativamente às receitas do ano anterior, e -----

- Estamos classificados em 32º lugar no Ranking Global dos Municípios Portugueses, sendo de salientar também que em termos distritais, somos o 2º melhor município do distrito, sendo o primeiro, o município de S. João da Madeira (25º no ranking).-----

Salienta ainda o estudo, que a “ nova lei das finanças locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) impõe no seu artigo nº 6, que os municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade de capital do sector empresarial local,

*procedam à consolidação do Balanço e das Demonstrações de Resultados, com os respectivos anexos explicativos incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre actividades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado, de médio e longo prazo”, pelo que caso a venha ser regulamentada, trará porventura algumas mexidas no estudo do próximo ano. Para terminar numa análise global ao ano autárquico de 2006, o estudo refere que “ embora a dívida global das autarquias tenha aumentado em 2006 em relação a 2005 ( por via das dívidas a fornecedores e pela utilização de outros instrumentos financeiros em alternativa aos empréstimos bancários, o total dos passivos financeiros tem diminuído estruturalmente em valores absolutos... Verifica-se deste modo, um esforço financeiro por parte dos municípios ou o recurso a novas formas de crédito como sejam o leasing ou o aumento do prazo médio de pagamentos, verificado através do aumento de 0,7% do total do passivo exigível no final de 2006, comparativamente às dívidas de curto, médio e longo prazo, no final do ano de 2005. -----*

*Fonte: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses / 2006 -----*

O Senhor Vereador Calhoa Morais pronunciou-se ainda sobre a visita à Assembleia da República, para a divulgação das 4 Maravilhas da Mesa da Mealhada, tendo dito que ficou comprovado que o Concelho da Mealhada é um Concelho com grande pujança económica e com pessoas interessadas em promover os produtos do concelho. Agradeceu, por último, a presença dos produtores. -----

O Senhor Presidente disse subscrever o que foi dito pelo Senhor Vereador Calhoa Morais, tendo acrescentado que a deslocação à Assembleia da República foi o culminar de todo um trabalho anterior. Disse ter sido possível sensibilizar alguns deputados de partidos diversos para a necessidade de limar alguns aspectos da legislação sobre produtos tradicionais, de forma a permitir a sua preservação. -----

O Senhor Presidente informou também que teve a oportunidade, há alguns dias atrás ter ido ao Tribunal de Contas receber a Conta de Gerência de 2005 da Câmara Municipal, devidamente visada. -----

O Senhor Vereador António Franco tomou a palavra para referir que a iniciativa

das 4 Maravilhas da Mesa da Mealhada teve um forte impacto e conhecimento a nível nacional, tendo sido contactado por pessoas de vários pontos do País a questioná-lo sobre o assunto. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques interveio para elogiar o trabalho da Autarquia no projecto e divulgação das 4 Maravilhas. Disse que a Câmara Municipal tem feito um esforço para valorizar os 4 produtos, água, leitão, vinho e pão e fez votos para que esse trabalho tenha continuidade e para que a iniciativa dê frutos. Acrescentou, sobre a intervenção do Senhor Vereador Calhoa Morais a propósito do “ranking” dos municípios na área financeira, que os dados são positivos e que os Vereadores do PSD sabem que a Câmara Municipal tem as suas finanças controladas, mas que isso pode ter duas leituras. O facto de situação financeira ser saudável pode ser o resultado de falta de investimento, falta de obra, como por exemplo, na Pampilhosa não se realizaram quaisquer investimentos ultimamente. Continuou dizendo que projectos tais como a Plataforma Rodoferroviária, Campo de Golfe, Mercado Municipal, são projectos que continuam teimosamente no papel. -----

O Senhor Presidente retorquiu que não se pode esquecer que no “ranking” também está englobado o investimento, este é levado em linha de conta na análise financeira dos municípios, como não podia deixar de ser. -----

A Senhora Vice-Presidente tomou a palavra dizendo discordar, na essência e na forma, da intervenção do Senhor Vereador Carlos Marques. É óbvio que a Câmara Municipal tem saúde financeira e só não vê quem não quer ver que há obra no Concelho. A água e saneamento a 100%, independência quase total dos sistemas intermunicipais, equipamentos de localização empresarial em desenvolvimento e expansão de iniciativa municipal. Há municípios à volta em que são os privados a desenvolver iniciativas de criação de áreas de localização empresarial mas no Município de Mealhada é a Câmara Municipal a promotora, decidindo as regras, e gerindo os recursos numa óptica de desenvolvimento sustentado. Existem equipamentos desportivos de grande qualidade construídos e geridos pela Câmara, só um está cedido a uma colectividade, e apesar da manutenção dessas infraestruturas ser muito pesada, a Câmara assumiu desde o primeiro dia desenvolver uma política de desenvolvimento e

promoção do desporto. Na área do lazer, pensou-se no alindamento do Concelho e construíram-se parques, requalificaram-se espaços, para que todas as freguesias tivessem espaços de lazer. No que respeita às acessibilidades o Concelho é servido por uma rede viária invejável. Dizer que a Câmara tem dinheiro mas não tem obras é demagogia. Finalizou a sua intervenção, dizendo que o que não tem sido feito são operações de “marketing”, mas os munícipes têm olhos e sabem reconhecer obra e progresso. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques referiu que tudo o que a Senhora Vice-Presidente disse é rebatível, e que o que os Vereadores do PSD estão a fazer no Executivo não é demagogia. O que é rebatível, é a questão dos transportes escolares, em que a opinião do P.S.D. é diversa da do Executivo Socialista. Quanto às Zonas Industriais, disse constatar-se que a de Barrô não existe, a de Barcouço também não e a da Pedrulha está na fase por todos conhecida. Referiu ainda, que mesmo a Zona Industrial de Viadores não está integralmente ocupada. Mais referiu que o investimento em parques e zonas verdes também não é notório. Referiu-se ainda aos Viveiros Florestais, lembrando que a posição do PSD foi diferente tendo inclusive sido proposto um concurso de ideias para aquele espaço, que não foi aceite pelos socialistas do Executivo. Referiu por fim que algumas das infraestruturas existentes no concelho e referidas várias vezes pelo P.S. na Câmara Municipal não são da responsabilidade deste Executivo mas sim dos executivos anteriores. O que acontece é que as coisas tardam e demoram a concretizar. Os Vereadores do PSD têm a noção de que se fez alguma coisa, mas que se podia fazer mais e melhor. -----

A Senhora Vice-Presidente voltou a intervir para perguntar ao Senhor Vereador Carlos Marques se estava atento às obras que a Câmara fez no decorrer deste mandato. -----

O Senhor Presidente disse discordar das palavras do Senhor Vereador Carlos Marques, porque as infraestruturas básicas, zonas industriais, etc., são obra do Executivo actual, e que pensa que o Senhor Vereador se tenha apercebido que em Portugal quando não se pretende alcançar quaisquer resultados, nomeia-se uma Comissão ou abre-se um concurso de ideias, e a verdade é que



as obras de reconversão dos Viveiros Florestais em Parque Urbano de Mealhada já decorrem há mais de um mês. -----

### **1. APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR.** -----

*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, para produção de efeitos imediatos, aprovar a acta da reunião anterior (acta n.º 11), após se ter procedido à sua leitura.* -----

### **2. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL N.º 4 - DESPACHO.** -----

*A Câmara Municipal tomou conhecimento do Despacho do Senhor Presidente, exarado em 12/06/2008, que aprovou a Alteração Orçamental n.º 4, no valor de 1.168.249,00€.* -----

### **3. CAPELA DA VIMIEIRA – PROPOSTA N.º 03/2008.** -----

*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, e que a seguir se transcreve:* -----

#### **PROPOSTA N.º 03/2008** -----

Verificando-se que estão a ser realizadas obras de recuperação da Capela da Vimieira que constitui uma valiosa peça do nosso património religioso; -----

Verificando-se que foi apresentada uma candidatura para apoio financeiro do Estado às referidas obras; -----

Pese embora a deliberação da Câmara no sentido de só apoiar obras após aprovação da candidatura apresentada à Administração Central, neste caso específico há que ter em conta que a candidatura não foi rejeitada apenas aguardando a sua inclusão no lote de obras a apoiar. Assim, propõe-se a atribuição de uma comparticipação de 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros) à Comissão da Fábrica da Igreja de Casal Comba, destinada às obras de recuperação da Capela da Vimieira. -----

Mealhada, 18 de Junho de 2008 -----

O Presidente da Câmara (Carlos Alberto da Costa Cabral) -----

O Senhor Vereador João Pires disse lamentar que as propostas anteriormente apresentadas pelos Vereadores do PSD, sobre o assunto, não tenham sido aprovadas, pois os Vereadores do PSD visitaram a Capela, trouxeram à Câmara Municipal a preocupação e o pedido de apoio por parte da Comissão Fabriqueira. -----

O Senhor Presidente disse que nem sequer havia cabimento orçamental e que para além disso não existia na altura qualquer candidatura para apoio das obras de recuperação da Capela. -----

O Senhor Vereador António Franco referiu que não se pode considerar que haja algum aproveitamento na questão, porque os membros da Comissão também falaram com ele e ficaram com a noção de que o processo seria complicado. ---

#### **4. ACIM-ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MEALHADA - LEVANTAMENTO EMPRESARIAL DO CONCELHO.** -----

*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento da transferência de 12.100,00€, requerida pela ACIM, referente ao trabalho do Levantamento Empresarial do Concelho, no âmbito do protocolo existente.* -----

O Senhor Presidente referiu que deve ser feita a publicação deste levantamento empresarial e distribuído pelas bibliotecas, associações, etc., devendo a Câmara tomar tal iniciativa. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques disse concordar com a intervenção do Senhor Presidente. Quanto à despesa, enquadrando a mesma no protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e a ACIM, disse nada ter a referir. -----

#### **5. CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL DR. AMÉRICO COUTO (BANCADA POENTE) – TRABALHOS A MAIS.** -----

*A Câmara Municipal tomou conhecimento do Despacho do Senhor Presidente, exarado em 18/06/2008, que aprovou a realização de trabalhos a mais, na empreitada mencionada em epígrafe, no valor de 35.635,21€, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.* -----

#### **6. LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES – ANÁLISE DE PROCESSOS DE OBRAS:** -----

*A Câmara Municipal tomou conhecimento dos processos de obras particulares deferidos e indeferidos, por despachos do Senhor Vereador Calhoa Morais, proferidos de 12 a 25 de Abril de 2008 e de 13 de Maio a 25 de Junho de 2008, respectivamente, no exercício das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Presidente da Câmara no Despacho n.º 09/2006, de 20 de Março de 2006.* -----

**PROCESSO DE LICENCIAMENTO E AUTORIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE  
LOTEAMENTO E OBRAS DE URBANIZAÇÃO N.º 20/2007/306 – MARIA  
JOANA PEREIRA ALEGRE PIRES SANTOS: -----**

*Após análise do processo mencionado em epígrafe, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a operação de loteamento, nas condições constantes da Informação Técnica de 17/06/2008, aceitando-se o alinhamento do alçado principal, ao abrigo do regime de excepção previsto no n.º 3, do art.º 7.º do Regulamento do PDM, dado que na frente do prédio a lotear se encontra materializado um espaço de estacionamento com a profundidade de aproximadamente 5 metros, a que se acrescenta um passeio com 2 metros de largura e a imposição de um afastamento à frente do lote de 8 metros, “empurraria” as edificações para uma distância de 15 metros relativamente ao arruamento existente, ficando as edificações muito recuadas relativamente às edificações existentes no lado Sul. -----*

*Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos.*

— E, não havendo mais assuntos a tratar foi pelo Senhor Presidente da Câmara declarada como encerrada a reunião, pelas 16 horas e 50 minutos. —

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_, *Cristina Maria Simões Olívia*, e pelo Senhor Presidente da Câmara, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

---